



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Direito  
Polos de Cidadania**

# **POLOS DE CIDADANIA**

***Projeto socioambiental de ações de organização e mobilização social, proteção e efetivação de direitos fundamentais na Comarca de Conceição do Mato Dentro***

**Belo Horizonte  
2014**

1 de 18



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	03
2. JUSTIFICATIVA.....	05
3. OBJETIVOS.....	09
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO METAS/FASES.....	11
5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES.....	16
6. ORÇAMENTO.....	17



## 1. APRESENTAÇÃO

A partir de convite feito pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (Cimos) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e pela Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro, o Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG apresenta a proposta inicial de atuação no intuito de criar, acompanhar e orientar uma frente de trabalho na Comarca de Conceição do Mato Dentro tendo por objetivo o desenvolvimento de processos de organização e mobilização social, à realização de práticas de educação e ações comunitárias de proteção e efetivação de direitos fundamentais dos moradores.

A ação a ser desenvolvida pelo Programa Polos de Cidadania na região será em sinergia e em parceria com as ações a serem realizadas pela Cáritas Brasileira na região, com foco na promoção de estratégias que visem garantir a segurança alimentar e nutricional e a economia popular solidária.

### Sobre o Polos

O Polos de Cidadania (Polos) é um programa interdisciplinar e interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, criado em 1995, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), voltado para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes.

A atuação do Polos é estruturada a partir dos conceitos de cidadania, subjetividade, emancipação e reconhecimento. Esses marcos balizam todos os projetos do Programa que envolvem múltiplas linhas de atuação, quais sejam: atendimento psicossocial e jurídico; realização de cursos, palestras, seminários e capacitações; encaminhamento de casos; produção tecnocientífica; pesquisas diagnósticas e



avaliativas participativas; elaboração e encenação de esquetes teatrais populares de rua; assessoria aos movimentos sociais e comunitários; organização e mobilização popular; fortalecimento e criação de redes de proteção e promoção dos direitos humanos.

Com atuação em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, o Polos se volta para a emancipação de grupos sociais e indivíduos com histórico de exclusão e trajetória de risco. Entre eles estão moradores de vilas e favelas, associações e cooperativas de trabalhadores, cidadãos em situação de rua e crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social.

Para a execução de suas ações o Polos utiliza as metodologias da pesquisa-ação, do desenvolvimento de capital social e humano, do teatro popular e da mediação. Tais metodologias são qualitativamente diferenciadas e fundamentam-se no relacionamento permanente entre investigações e atuação social, com entrecruzamento e retroalimentação de seus resultados. A característica marcante, presente em todas as metodologias empregadas pelo Programa, é o envolvimento ativo da própria comunidade em uma atuação interativa e emancipadora, com o objetivo de redução dos índices de desigualdades e riscos sociais, assim como o fortalecimento da cidadania e das autonomias dos sujeitos.



## 2. JUSTIFICATIVA

Para a construção dessa proposta, o Programa Polos de Cidadania realizou duas visitas a Conceição do Mato Dentro. A primeira, nos dias 29 e 30 de abril de 2014, e a segunda, entre os dias 09 e 11 de junho.

No dia 29 de abril, os coordenadores representantes do Programa Polos, André Luiz de Freitas Dias e Antônio Eduardo Silva Nicácio, juntamente com um representante da Cimos, Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira e com dois representantes da Cáritas Brasileira, os senhores Rodrigo Pires Vieira e Samuel, encontraram-se com o promotor de justiça Marcelo Mata Machado Leite Pereira para uma conversa inicial sobre perspectivas de trabalho dessas instituições na Comarca de Conceição do Mato Dentro. No momento, foi possível identificar alguns interesses comuns de trabalho, bem como traçar algumas perspectivas iniciais de atuação na região.

Já no dia 30 de abril, houve um encontro ampliado de todas as instituições citadas com representantes de vários distritos, comunidades e povoados de Conceição do Mato Dentro. Inicialmente, o promotor de justiça apresentou a proposta de desenvolvimento de uma ação de cidadania na Comarca que contasse com a participação de todos os presentes e outras entidades da região. Na sequência, as lideranças locais foram convidadas a relatarem os principais conflitos e dificuldades vividas no dia a dia de Conceição.

Após longa oitiva, alguns problemas puderam ser tematizados. Entre eles, destaque para relatos sobre violência pública, preocupações com a falta de segurança das comunidades, problemas advindos da prática do tráfico e do uso crescente de drogas e a situação crítica das crianças, adolescentes e jovens da região.

No tocante à segurança pública e à violência, muitos relatos foram feitos. Os



representantes dos distritos colocaram de maneira veemente a preocupação que sentem com a falta de policiamento. Muitas comunidades não têm o atendimento adequado da polícia. Segundo eles, muitos foragidos da polícia de Conceição vão para os distritos e acabam cometendo novos crimes. Há um relato de medo que perpassa a fala da maioria das lideranças. Dizem da insegurança de tomar alguma medida e sofrer uma represália dessas figuras.

Algumas perspectivas foram apontadas, como a possibilidade da PM realizar visitas semanais inesperadas, em dias e horários diversificados a esses distritos, para gerar uma sensação de policiamento e segurança nesses locais. Também se falou da necessidade de aumentar o atual contingente da polícia militar na Comarca de Conceição de Mato Dentro. A cidade teve um aumento populacional enorme e os equipamentos de segurança, segundo os relatos, não acompanharam a demanda.

O aumento do uso e do tráfico de drogas na cidade também foi muito comentado pelos presentes. Essa situação tem gerado uma sensação de preocupação e medo nas pessoas, uma vez que são poucas as ações efetivas de prevenção e combate a essa questão.

Muitas lideranças ligaram a questão do aumento do abuso e do tráfico das drogas com a falta de alternativas e opções para os adolescentes e jovens da região. Os representantes presentes foram unânimes em afirmar a preocupação que sentem com relação aos adolescentes e jovens de Conceição. Segundo eles, a realidade dos distritos é bem delicada, sendo que nos finais de semana a situação se agrava. Dentre outros relatos, há o exagero com bebidas, drogas, som alto e adolescentes e jovens empinando motos em alta velocidade nas ruas.

Além de haver pouquíssimas atividades de lazer, confraternização e profissionalização para os adolescentes e jovens, há também na região a necessidade de fortalecimento de equipamentos básicos da rede de proteção e promoção à criança e ao adolescente.



Nesse contexto, os representantes das comunidades presentes no encontro deixaram claras suas apreensões diante da falta de caminhos para superar esses desafios. Há certo sentimento de frustração de que as ações desenvolvidas quase sempre não geram resultados efetivos. Eles também reivindicam mais espaços para trabalhar com as famílias das regiões e constataam uma desmobilização e desinteresse dos moradores em participar das ações oferecidas.

Após esse primeiro contato, foi marcado novo retorno do Polos e da Cáritas à Conceição, que ocorreu entre os dias 09 e 11 de junho.

Nessa ocasião, os coordenadores do Programa Polos de Cidadania responsáveis por essa ação fizeram contato com cerca de 50 pessoas e entidades que desempenham funções sociais na região.

Várias entrevistas individuais foram realizadas no intuito de se fazer um levantamento informal do contexto social da cidade. Os pontos críticos mencionados na primeira visita feita pelo Polos à Conceição voltaram a ser citados, sendo que, nesse segundo momento, ficou bem mais evidente a grande preocupação dos entrevistados com a crítica situação das crianças e dos adolescentes na região. Novos e contundentes relatos foram feitos por representantes de diversas instituições, entre elas: Conselho Tutelar, Polícia Militar, Secretarias Municipais (Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Saúde e Turismo), Escolas Públicas, Conselho de Segurança Pública, Câmara Municipal, Instituições do Terceiro Setor (Terra Jovem, Ceform, APAE, AABB e AMME).

Depois de dois dias de contatos, visitas e entrevistas, um encontro ampliado foi realizado com inúmeras pessoas chaves na sede do Fórum de Conceição de Mato Dentro. Diante dos inúmeros relatos sobre a preocupante situação das crianças e dos adolescentes da região e também da necessidade metodológica do trabalho ter um



foco, os coordenadores do Polos fizeram uma consulta coletiva aos presentes acerca da ação do Programa ter como ponto de partida essa temática.

A grande maioria dos presentes se manifestou positivamente com relação à proposta de se iniciar os trabalhos a partir da abordagem da questão da criança e do adolescente. Isto é, pretende-se trabalhar o desenvolvimento de processos de organização e mobilização social, a realização de práticas de educação e ações comunitárias de proteção e efetivação de direitos fundamentais dos moradores, abordando, num primeiro momento, o contexto das crianças e dos adolescentes, estando o Polos sensível também às demandas diversas de segurança pública, saúde, meio ambiente, entre outras, que surgirem no decorrer da execução do trabalho.

Diante deste cenário, acredita-se que uma intervenção adequada deva ter um caráter amplo, abrangente e aberto que envolva as diversas comunidades de Conceição, bem como sensibilize os atores dos sistemas de justiça, de educação, de saúde, de proteção e promoção social, dentre outros, para a atuação na área.

Na esteira da experiência do Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, em atuação constante em diversas áreas de vulnerabilidade social de Minas Gerais, desde sua fundação em 1995, bem como de programas federais como o “Justiça Comunitária” e a “Casa de Direitos” do Ministério da Justiça, espera-se o desenvolvimento de ações capazes de aproximar o Sistema de Justiça à população de Conceição promovendo estratégias de acesso à justiça comunitária e à cidadania, bem como o envolvimento, fortalecimento e comprometimento dos cidadãos na resolução dos seus próprios conflitos.

Tendo em vista a longa trajetória focada na defesa dos direitos humanos e na atuação voltada aos grupos sociais e indivíduos com histórico de exclusão e trajetória de risco, o Programa Polos de Cidadania possui grande reconhecimento e legitimidade nas comunidades onde está presente e também junto às diversas instituições públicas e





privadas que atuam na construção coletiva de ações voltadas para a efetivação dos direitos humanos.

Considerando o exposto, fica claro que o Polos de Cidadania e o Ministério Público Estadual atuam a partir de interesses e objetivos comuns e que o estabelecimento de cooperação mútua entre tais atores no desenvolvimento de ações voltadas à efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes na Comarca de Conceição do Mato Dentro, a partir dos marcos teóricos, metodologias e linhas de atuação desenvolvidos pelo Polos, justifica a pertinência e a relevância do presente projeto.



### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Criar, acompanhar e orientar uma frente de trabalho do Programa Polos de Cidadania da UFMG na região da Comarca de Conceição do Mato Dentro visando o desenvolvimento de processos de organização e mobilização social, práticas de educação para os direitos, bem como ações comunitárias de proteção e efetivação dos direitos fundamentais dos moradores da Comarca, com foco inicial nas crianças e adolescentes.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Desenvolver em parceria com as associações, atores chaves, órgãos públicos e moradores interessados de Conceição de Mato Dentro um plano de ação compartilhado visando à identificação, priorização e sistematização das demandas a serem trabalhadas na região;
- Realizar ações que visem ao fortalecimento e à criação de redes de proteção e promoção dos direitos humanos em Conceição, incentivando e auxiliando na articulação e no incremento de instituições e agentes públicos (sistema de justiça, de segurança pública, de prevenção social, educação, saúde, etc.) da região;
- Incentivar e fortalecer processos de organização e mobilização popular no intuito de gerar uma movimentação social na região capaz de produzir um impacto positivo na concretização de direitos fundamentais;
- Assessorar os movimentos sociais, culturais e comunitários de Conceição do Mato Dentro, no tocante a questões de formalização jurídica, elaboração de



projetos para captação de recursos, consultoria técnica para planejamentos de estratégias e ações, articulação de parceiros e apoiadores e etc, visando, inclusive, o acesso ao Fundo de Apoio a Pequenos Projetos a ser criado por meio de convênio entre o Ministério Público Estadual e a Cáritas Brasileira;

- Participar das atividades do Fórum Gestor do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos que será criado mediante convênio firmado entre a Cáritas Brasileira e o Ministério Público Estadual;
- Realizar cursos, palestras, seminários e capacitações de interesse e necessidade dos moradores de Conceição do Mato Dentro, que tratem sobre temas diversos relacionados à proteção e realização de direitos fundamentais na região;
- Desenvolver oficinas de elaboração e encenação de esquetes teatrais populares de rua com grupos ou público interessado da região, a partir de parceria com a Trupe a Torto e a Direito do Programa Polos, no intuito de auxiliar nos processos de mobilização e organização social, bem como de educação em direitos humanos;
- Realizar pesquisas diagnósticas e avaliativas participativas, por meio da técnica da pesquisa-ação, que possibilitem a problematização e construção de caminhos e possibilidades para as situações sensíveis das comunidades de Conceição do Mato Dentro, que levem a uma produção tecnocientífica de referência no país;
- Oferecer orientação sociojurídica aos cidadãos e aos respectivos núcleos familiares em temas relacionados à regularização e negociação fundiária ou instituição de servidão administrativa e encaminhar casos para serviços de atendimento ao cidadão (públicos e privados), órgãos competentes e entidades parceiras quando necessário.



#### 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO METAS/FASES

Metas		Indicadores quantitativos	Indicadores de Execução*	Meios de Verificação
<b>Meta 1</b>	Desenvolver plano de ação compartilhado anualmente visando à identificação, priorização e sistematização das demandas a serem trabalhadas na região	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 9 encontros para a construção dos Planos</li> <li>Elaboração de 03 Planos de Ação</li> <li>33 encontros de acompanhamento de execução do Plano de Ação</li> </ul>	Planos de Ação construídos e executados	Relatório, lista de presença e fotos.
<b>Meta 2</b>	Realizar ações visando ao fortalecimento e criação de redes de proteção aos Direitos Humanos na região de Conceição do Mato Dentro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 108 reuniões para identificação e realização de parcerias e apoiadores</li> <li>Realização de 36 audiências públicas, encontros comunitários, assembleias ou fóruns para articulação das entidades comunitárias e instituições parceiras apoiadoras</li> <li>Participação em 36 encontros de comissões e instâncias de participação popular</li> <li>Auxílio na criação de 03 fluxos de trabalho</li> </ul>	Realização de reuniões, audiências públicas, encontros comunitários, assembleias, fóruns, comissões, fluxos de trabalho e planos de ação	Relatórios, lista de presença e fotos.



		<p>compartilhados</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Auxílio na criação de 03 planos de ação compartilhados</li> </ul>		
<b>Meta 3</b>	Incentivar e fortalecer processos de organização e mobilização popular	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de 01 diagnóstico com o mapeamento e articulação das lideranças comunitárias</li> <li>Elaboração de 03 diagnósticos com o levantamento de reivindicações, demandas e propostas da comunidade</li> <li>Realização de 06 eventos ligados à proteção e promoção dos direitos humanos</li> <li>Realização de 09 mutirões para mobilização popular em torno de temas de interesse da comunidade</li> </ul>	Desenvolvimento de diagnósticos, eventos e mutirões.	Relatórios, lista de presença, material de divulgação e fotos.
<b>Meta 4</b>	Assessoria aos movimentos sociais, culturais, esportivos e comunitários	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produção de 36 conteúdos e de instrumentos de reivindicação popular (Nota pública, ofício, estatuto, cartilha, abaixo-assinado, etc.)</li> <li>Realização de 90 divulgações das</li> </ul>	Elaboração de nota pública, ofício, estatuto, cartilha, abaixo-assinado, releases, material gráfico, projetos, intervenções, posts, e reuniões.	Cópia do material produzido, gráfico gerados pelas redes sociais do impacto gerado pelas ações, relatórios e fotos das intervenções.



		<p>ações da comunidade, dentre assessoria de comunicação (imprensa e redes sociais) e panfletagem</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formulação de 36 projetos</li> <li>• Auxílio na produção e realização de 09 intervenções culturais, esportivas e de lazer da comunidade</li> <li>• Realização de 09 reuniões para avaliação coletiva e comunitária das ações desenvolvidas</li> </ul>		
<b>Meta 5</b>	Realizar cursos, oficinas, palestras e seminários no intuito de promover a capacitação permanente da equipe, dos parceiros envolvidos no projeto e da comunidade de Conceição em geral,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de 18 cursos e/ou oficinas de interesse da comunidade, incluindo a de elaboração e encenação de esquetes</li> <li>• Realização de 18 apresentações (palestras, conferências e mesas redondas) em Faculdades, Congressos e Seminários pertinentes ao tema do convênio.</li> <li>• Realização de 60 capacitações</li> </ul>	Execução de cursos, oficinas, palestras, conferências, mesas redondas, capacitações e grupos de estudos.	Relatórios, lista de presença, material de divulgação e fotos.



		<p>quinzenais da equipe de trabalho do Programa Polos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de 03 seminários ligados à proteção dos Direitos Humanos e promoção da Cidadania</li> <li>• Realização de 30 encontros de grupos de estudos com o público interno e externo ao Programa Polos</li> </ul>		
<b>Meta 6</b>	Realização de pesquisas diagnósticas e avaliativas participativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e implantação de 01 projeto de pesquisa</li> <li>• Elaboração de 06 artigos</li> <li>• Produção de 06 relatórios</li> <li>• 09 envios de artigos para congressos</li> <li>• Apresentação de 03 trabalho em congresso</li> </ul>	Desenvolvimento de pesquisa, artigos, relatórios, artigos e apresentações.	Relatórios, certificados e cópia do material produzido.
<b>Meta 7</b>	Oferecer orientação sociojurídica aos cidadãos e aos respectivos núcleos familiares em temas relacionados à regularização e negociação fundiária ou instituição de servidão administrativa e encaminhar casos para serviços de atendimento ao cidadão (públicos e privados), órgãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de 150 orientações sociojurídicas</li> <li>• Realização de 60 encaminhamentos de casos para os órgãos competentes e entidades parceiras</li> </ul>	Desenvolvimento de orientações sociojurídicas e encaminhamentos de casos	Relatórios.



	competentes e entidades parceiras quando necessário.			
--	--	--	--	--

Tendo em vista a complexidade das ações e a perspectiva de construção e execução coletivas dos projetos a serem desenvolvidos de forma compartilhada com as comunidades da Comarca, optou-se pelo não detalhamento do número de pessoas envolvidas e diretamente atingidas.

Para auxiliar na execução das ações presentes neste projeto, um dos carros que serão adquiridos mediante convênio entre a Cáritas Brasileira e o Ministério Público Estadual será destinado ao uso exclusivo da equipe do Programa Polos de Cidadania, sendo que os gastos com manutenção, combustível, seguro e imposto serão responsabilidades da Cáritas Brasileira.



## 5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

As ações desenvolvidas pelo presente projeto serão avaliadas e monitoradas pelo comitê gestor que será criado para esse fim e terá um regimento interno próprio que será desenvolvido coletivamente. Esse comitê contará com a participação de integrantes do Ministério Público Estadual, do Programa Polos de Cidadania da UFMG, da Cáritas Brasileira e de representantes de instituições comunitárias da região eleitas para tal função.

Os instrumentos de avaliação e monitoramento serão os seguintes:

- Análise de relatórios;
- Análise e discussão de plano de ação semestral da equipe, com verificação do cumprimento de metas e discussão dos problemas enfrentados para a realização das mesmas;
- Reuniões comunitárias para repasse e problematização das ações desenvolvidas, bem como avaliação da relação do Projeto com as comunidades;
- Avaliação do desempenho dos integrantes da equipe para averiguar a capacidade de inserção nas atividades do projeto, de cumprimento de seus objetivos e o seu nível de compromisso com a comunidade e as entidades parceiras (Instrumentos: registro de frequência, observação da atuação, conversa individual e relatórios);
- Acompanhamento dos trabalhos científicos produzidos durante a realização do projeto;
- A liberação do recurso será feita semestralmente mediante aprovação pelo comitê gestor do relatório semestral de atividades, sendo que a primeira parcela do projeto será paga assim que o projeto for publicado para viabilizar a contratação da equipe de trabalho.



## 6. ORÇAMENTO

Em anexo.

